



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 199/2013

Declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores dos Conjuntos Dom Barusso, Dom Luis e Terra Nostra - ASMOBALUTEN, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores dos Conjuntos Dom Barusso, Dom Luis e Terra Nostra – ASMOBALUTEN, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 14 de agosto de 2013.

ALEXANDRE CURI
Presidente

Relator Pastor



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

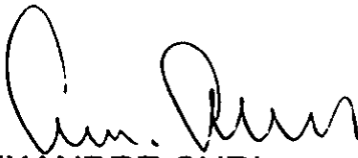
Redação Final ao Projeto Lei nº 223/2013

Declara de Utilidade Pública a Associação de Pecuaristas Cantuenses - APECAN, com sede no Município de Nova Cantu e foro no Município de Campina da Lagoa.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pecuaristas Cantuenses - APECAN, com sede no Município de Nova Cantu e foro no Município de Campina da Lagoa.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

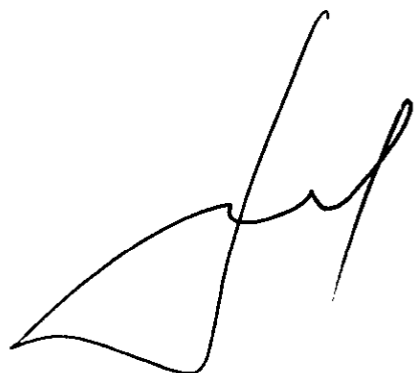
Sala das Comissões, 13 de agosto de 2013.



ALEXANDRE CURI
Presidente



Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura
2012



GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO PARANHOS

PROJETO DE LEI Nº 502/12

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 10 OUT. 2012

1º Secretário

SÚMULA: Torna obrigatória a afixação de cartazes nas escolas, hospitais e postos de saúde da rede pública e privada, assim como em terminais de transporte coletivo, contendo além do calendário, informações sobre vacinações infantis obrigatórias.

Art. 1º. Torna obrigatória a afixação de cartazes nas escolas, hospitais e postos de saúde da rede pública e privada, assim como em terminais de transporte coletivo, em locais de fácil acesso e visibilidade, contendo além do calendário, informações sobre vacinações infantis obrigatórias.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em

10/10/2012

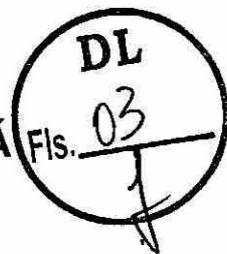
PARANHOS
DEPUTADO ESTADUAL

Elaboração: NCT – Blocos Parlamentares.
Justificativa em anexo.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

2ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura

2012



GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO PARANHOS

PROJETO DE LEI Nº

SÚMULA: Torna obrigatória a afixação de cartazes nas escolas, hospitais e postos de saúde da rede pública e privada, assim como em terminais de transporte coletivo, contendo além do calendário, informações sobre vacinações infantis obrigatórias.

JUSTIFICATIVA

É de conhecimento público, que a vacinação infantil é, sem dúvida alguma, a forma mais barata e eficaz de prevenção das doenças infecciosas nas nossas crianças. Elas estimulam o sistema imunológico destas, através do aumento do número de leucócitos (glóbulos brancos), tornando-as mais resistentes a patologias como a Paralisia infantil, a Hepatite e muitas outras.

As vacinas foram criadas para ensinar o sistema imunológico a reconhecer agentes agressores que podem provocar doenças, assim como para ensiná-lo a reagir produzindo anticorpos capazes de combatê-los. Na preparação das vacinas, pode ser utilizado um componente do agente agressor, ou seja, o próprio agente agressor numa forma atenuada, ou morto, ou outro agente que seja semelhante ao causador da doença.

Portanto, comprovada sua necessidade para o sistema imunológico da criança, torna-se muito importante que os pais acompanhem o calendário de vacinação dos seus filhos para que os mesmos recebam todas as doses de cada vacina.

Neste sentido, não vacinar uma criança, ainda mais por falta de informação, é uma grande irresponsabilidade e não é aceitável moral nem socialmente nos dias de hoje.

Sendo assim, este projeto visa acabar com a falta de informações criando mecanismos que permitam aos pais vacinarem seus filhos.

Por este motivo, afim de que esta importante informação não seja esquecida, este Deputado que o presente subscreve, dotado de suas atribuições parlamentares, conclama o apoio de todos os demais parlamentares desta Casa de Leis, para apoiarem a imposição normativa que estabelece que sejam afixados cartazes em locais de fácil acesso e visibilidade, nas dependências de escolas e hospitais públicos e privados, além de postos de saúde e terminais de transporte público, contendo informações acerca de vacinas infantis obrigatórias.

PARANHOS
DEPUTADO ESTADUAL



Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



-1-

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA - CCJ

Parecer ao Projeto de Lei nº502/2012

EMENTA: TORNA OBRIGATÓRIA A AFIXAÇÃO DE CARTAZES NAS ESCOLAS, HOSPITAIS E POSTOS DE SAÚDE DAS REDES PÚBLICA E PRIVADA, ASSIM COMO EM TERMINAIS DE TRANSPORTE COLETIVO, CONTENDO, ALÉM DO CALENDÁRIO, INFORMAÇÕES SOBRE VACINAÇÕES INFANTIS OBRIGATÓRIAS - DIREITO A INFORMAÇÃO ART. 5º E 220 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - CONSTITUCIONALIDADE.

RELATÓRIO

O Projeto de Lei (PL) em análise, de autoria do Deputado PARANHOS objetiva tornar obrigatória a afixação de cartazes em escolas, hospitais e postos de saúde tanto em redes públicas como nas privadas, os quais devem constar informações acerca das vacinas infantis obrigatórias.

O autor da proposição, em sua justificativa, argumenta que é de conhecimento público que a vacinação é o método mais eficaz e econômico para prevenir doenças infecciosas em crianças.

**PEDRO
LUPION**
Deputado Estadual

Praça Nossa Senhora da Salete s/n, Gabinete 806, Centro Cívico, Curitiba, Paraná | Fone (fax): 41 3350 4006 | www.pedrolupion.com.br | dep.pedrolupion@gmail.com.



Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



-2-

Ainda, se refere as benesses da vacinação e seus efeitos e consequências na população.

Aduz que o fato de não vacinar uma criança, ainda mais por falta de informações, é uma grande irresponsabilidade e não é aceitável moral e nem socialmente nos dias de hoje.

Por fim, menciona que o principal objetivo do projeto é levar aos pais as informações necessárias, criando mecanismos que permitam a vacinação das crianças em nosso Estado.

Uma vez apresentado o Projeto de Lei, obedecendo a previsão regimental o mesmo foi encaminhado a Comissão de Constituição e Justiça para sua análise, sendo a atual fase de tramitação.

É o breve relato, no que se compreende necessário.

FUNDAMENTAÇÃO

A Comissão de Constituição e Justiça cumpre o importante papel de realizar o controle de constitucionalidade, preventivo, próprio do nosso sistema, cuja importância remonta aos princípios basilares do Estado de Direito, pois é através dele que se evitam as

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA - PARECER AO PL Nº 502/2012



Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



-3-

arbitrariedades contra os cidadãos e se colocam limites ao poder estatal.¹

Em relação a competência desta Comissão de Constituição e Justiça em exarar o presente parecer está regimentalmente previsto no artigo 33-A, inciso I², o qual estabelece a competência dessa para examinar os aspectos de ordem constitucional, legal e jurídico de todo e qualquer Projeto de Lei proposto.

Realizadas estas considerações iniciais passo a analisar o juízo de adequação procedimental em relação a Constituição Estadual e a Constituição da República, verificando a constitucionalidade formal do presente projeto de Lei.³

Acerca da técnica legislativa, o presente PL se coaduna as regras contidas na Lei Complementar n. 95/98.

¹ Acerca do controle constitucional preventivo realizado pelo Poder Legislativo, V. Pedro LANZA, o qual menciona que: '*O Legislativo verificará, através de suas comissões de constituição e justiça, se o projeto de lei, que poderá virar lei, contém algum vício a ensejar a sua inconstitucionalidade*'. (LANZA, Pedro. DIREITO CONSTITUCIONAL, 16^a.Ed. rev. atual. e ampl. São Paulo:Saraiva, 2012, p. 256)

² Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

³ Cf. menciona Pedro LANZA, em relação a constitucionalidade/inconstitucionalidade formal: '[...] a inconstitucionalidade formal propriamente dita decorre da inobservância do devido processo legislativo'. (LANZA, Pedro. Op. cit. p. 252)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA - PARECER AO PL Nº 502/2012



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



Estado do Paraná

-4-

Em relação a legitimidade do proponente, se verifica que nos termos do artigo 65 da Constituição do Estado do Paraná, qualquer membro da Assembleia Legislativa possui legitimidade para propor projetos de Leis Ordinárias e Complementares, não havendo qualquer óbice neste tocante.^{4,5}

Analisando a proposição em apreço verifico estar presente o interesse público, uma vez que o projeto busca informar a população acerca do quadro de vacinas infantis, e no mesmo sentido pode vir a prevenir inúmeras doenças, o que por si só já representa considerável economia ao Estado em relação aos gastos com a área de saúde.

Incontroverso que uma vez que o Estado disponibiliza as referidas vacinas, a população tem o direito de ser informada acerca das datas e demais informações acerca do programa de vacinação.

Ademais, o presente projeto de Lei diz respeito ao acesso a informação, e este é uma garantia constitucional

⁴ Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

⁵ No mesmo sentido tem-se o Regimento Interno desta Casa Legislativa, mais precisamente o artigo 124 o qual menciona que: 'A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.'



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



Estado do Paraná

-5-

conforme menciona o artigo 5º inciso XIV da Constituição da República, o qual menciona:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

Assim, uma vez possibilitado o acesso, a informação torna-se pública, daí decorrendo o direito de todos receberem-na e exigirem-na. Desta forma, se conclui que o direito à informação trata-se de direito assegurado pela Carta Magna não sendo admissível restringir pessoas ou grupos de pessoas, devendo estar ao alcance de todos de forma igualitária.

Destarte, perfeitamente possível o conteúdo legislativo, haja vista, que há amparo na Constituição Federal.

Por fim, me cumpre mencionar que já há precedentes desta Casa legislativa acerca da matéria versada no presente PL, em relação a afixação de cartazes em locais públicos com o objetivo de levar a todos informações fundamentais.

A exemplo se menciona a Lei 16.724/2010 de autoria do Deputado Plauto Miró, a qual dispõe acerca da

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA - PARECER AO PL Nº 502/2012



Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



-6-

obrigatoriedade de se afixar cartazes em estabelecimentos de saúde informando o direito do pai, mãe ou responsável legal em permanecer com seus filhos em caso de internação.

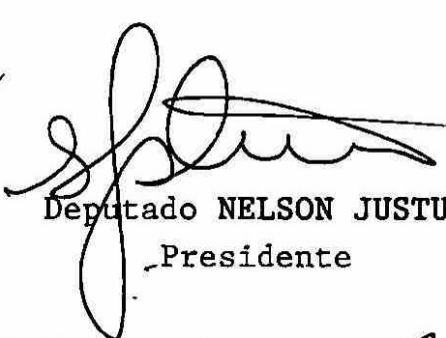
Ainda, no mesmo sentido pode-se mencionar a Lei 17.299/2012 (Dep. Gilberto Ribeiro).

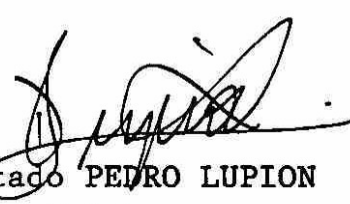
Desta forma, presente o interesse público, e a razoabilidade na matéria legislativa considerando que esta inclusive detém amparo constitucional, entendem pela aprovação da presente proposição.

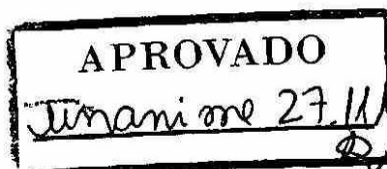
CONCLUSÃO

Pelo exposto, entendo pela CONSTITUCIONALIDADE do presente Projeto de Lei, opinando-se pela APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, 27 de novembro de 2012.


Deputado NELSON JUSTUS
Presidente


Deputado PEDRO LUPION
Relator



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA - PARECER AO PL Nº 502/2012



COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 502/12

O Projeto de Lei nº 502/12, em análise, de autoria do Deputado Paranhos, dispõe sobre a afixação de cartazes nas escolas, hospitais e postos de saúde da rede pública e privada, assim como em terminais de transporte coletivo, contendo além do calendário, informações sobre vacinações infantis obrigatórias.

A Comissão de Constituição e Justiça ao examinar a proposição manifestou-se favoravelmente.

Trata-se de iniciativa de evidente interesse social, tendo em vista que objetiva divulgar amplamente em locais de grande acesso de pessoas o calendário de vacinação infantil, contendo ainda explanações sobre o assunto, lembrando os pais e os conscientizando sobre a importância das vacinas para a saúde das crianças.

Diante do exposto, esta Comissão de acordo com o Artigo 33 – I, do Regimento Interno desta Casa de Leis, manifesta parecer FAVORÁVEL ao Projeto de Lei em apreço, opinando pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer. -

Sala das Comissões, em

10/12/12

Deputado TONINHO WANDSCHEER
Relator

Deputado DR. BATISTA
Presidente

Alv. do



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



COMISSÃO DE DEFESA DE DIREITO DO CONSUMIDOR

Parecer ao Projeto de Lei nº502/2012

Autor: Deputado PARANHOS

Relator: Deputado PEDRO LUPION

EMENTA: COMISSÃO DE DEFESA DO DIREITO DO CONSUMIDOR - TORNA OBRIGATÓRIA A AFIXAÇÃO DE CARTAZES NAS ESCOLAS, HOSPITAIS E POSTOS DE SAÚDE DAS REDES PÚBLICA E PRIVADA, ASSIM COMO EM TERMINAIS DE TRANSPORTE COLETIVO, CONTENDO, ALÉM DO CALENDÁRIO, INFORMAÇÕES SOBRE VACINAÇÕES INFANTIS OBRIGATÓRIAS APROVAÇÃO DO MÉRITO.

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei (PL) em análise, de autoria do Deputado PARANHOS objetiva tornar obrigatória a afixação de cartazes em escolas, hospitais e postos de saúde tanto em redes públicas como nas privadas, os quais devem constar informações acerca das vacinas infantis obrigatórias.

O autor da proposição, em sua justificativa, argumenta que é de conhecimento público que a vacinação é o método mais eficaz e econômico para prevenir doenças infecciosas em crianças.



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



Ainda, se refere as benesses da vacinação e seus efeitos e consequências na população.

Aduz que o fato de não vacinar uma criança, ainda mais por falta de informações, é uma grande irresponsabilidade e não é aceitável moral e nem socialmente nos dias de hoje.

Por fim, menciona que o principal objetivo do projeto é levar aos pais as informações necessárias, criando mecanismos que permitam a vacinação das crianças em nosso Estado.

Uma vez apresentado o Projeto de Lei, obedecendo a previsão regimental o mesmo foi encaminhado a Comissão de Constituição e Justiça para sua análise, recebendo parecer favorável.

Na sequência foi encaminhado a Comissão de Saúde, cabendo ao nobre Deputado Toninho Wandscheer a relatoria, recebendo parecer favorável naquela comissão.

Sendo então encaminhado a Comissão de Defesa do Direito do Consumidor, cabendo a este Parlamentar a relatoria.

É o breve relato.

II - VOTO DO RELATOR

Em um primeiro momento se consigne que todos os aspectos formais da presente proposição foram devidamente avaliados pela Comissão de Constituição e Justiça, sendo



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



devidamente realizado o controle de constitucionalidade preventivo¹.

Logo, não há qualquer menção a ser realizada acerca da constitucionalidade da preposição, até mesmo por não ser de competência desta Comissão temática, restando vencida a discussão acerca do tema em sede de comissões, passando-se assim a realizar uma análise acerca da materialidade do Projeto de Lei.

Insta mencionar a competência regimental desta Comissão temática para exarar o presente parecer, sendo devidamente prevista no artigo 33-P, *in verbis*:

'Art.33-P Compete à Comissão de Defesa do Consumidor manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada à defesa do consumidor, bem como receber, avaliar e investigar denúncias relativas à violação dos direitos do consumidor.'

Conforme já mencionado no relatório do presente parecer, a preposição em análise objetiva obrigar a afixação de cartazes em determinados estabelecimentos públicos e

¹ Acerca do controle constitucional preventivo realizado pelo Poder Legislativo, destaca-se o posicionamento de Pedro LANZA, o qual menciona que: *'O Legislativo verificará, através de suas comissões de constituição e justiça, se o projeto de lei, que poderá virar lei, contém algum vício a ensejar a sua constitucionalidade'*. (LANZA, Pedro. DIREITO CONSTITUCIONAL, 16^a.Ed. rev. atual. e ampl. São Paulo:Saraiva, 2012, p. 256)



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



privados, contendo informações e calendário sobre vacinações infantis obrigatórias.

Consigne-se que analisando atentamente a matéria proposta não encontro qualquer relação com os assuntos, regimentalmente definidos, a serem tratados por esta Comissão.

Não se encontra qualquer relação de campanhas de vacinação, estas promovidas via de regra, pelo Poder Público com as relações consumeiristas.

Porém, uma vez encaminhada a proposta com a finalidade de exarar o competente parecer por esta Comissão entendo ser necessário tecer alguns comentários acerca da preposição.

Inegável que são internacionalmente reconhecidos os êxitos já alcançados pelo Brasil, por exemplo, com as campanhas de vacinação contra a poliomielite, contra o sarampo e contra a gripe (em idosos).

Certamente a divulgação de campanhas de vacinação representa componente indispensável para o êxito da mesma.

Sob análise desta comissão não se encontra qualquer obste na regular tramitação do projeto de Lei, considerando que o projeto é louvável, promovendo a informações e conscientizando a população da importância acerca da vacinação infantil.

Exclusivamente do ponto de vista desta Comissão, podemos considerar que a proposta é meritória por estar



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



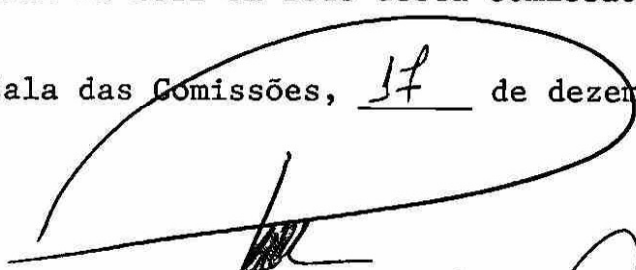
presente o interesse público e também de relevante interesse social.

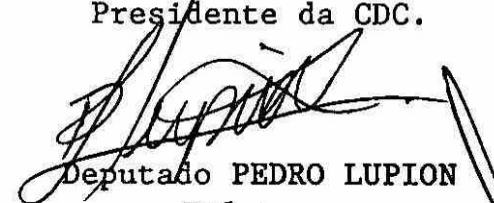
Desta forma, entendo pela aprovação do PL em apreço e a regular tramitação do PL nesta Casa Legislativa.

III - CONCLUSÃO

Por todo o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 502/2012 de 2012 em sede desta Comissão.

Sala das Comissões, 17 de dezembro de 2012.


Deputado PARANHOS
Presidente da CDC.


Deputado PEDRO LUPION
Relator.


Dep. Adelino Rizzato



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Indústria e Comércio



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 502/2012

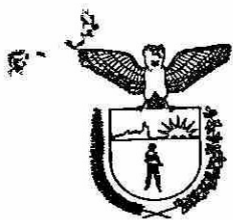
Súmula: Torna obrigatória a fixação de cartazes nas escolas, hospitais e postos de saúde das redes pública e privada, assim como em terminais de transporte coletivo, contendo, além do calendário, informações sobre vacinações infantis obrigatórias.

Autor: Deputado Paranhos.

Relator: Deputado Jonas Guimarães.

JUSTIFICATIVA: É de conhecimento público que a vacinação infantil é, sem dúvida alguma, a forma mais barata e eficaz de prevenção das doenças infecciosas nas nossas crianças, alerta o deputado na justificativa da proposição. O calendário de vacinação brasileiro é definido pelo Programa Nacional de Imunizações do Ministério da Saúde (PNI/MS) e corresponde ao conjunto de vacinas consideradas de interesse prioritário à saúde pública do país. Atualmente é constituído por 12 produtos recomendados à população, desde o nascimento até a terceira idade, e distribuídos gratuitamente nos postos de vacinação da rede pública.

PARECERES FAVORÁVEIS: Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Defesa do Consumidor, Comissão de Saúde.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Indústria e Comércio

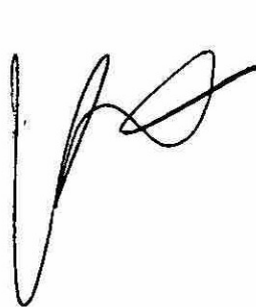


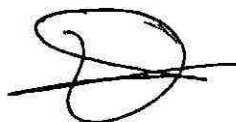
CONCLUSÃO: Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 06 de março de 2013.

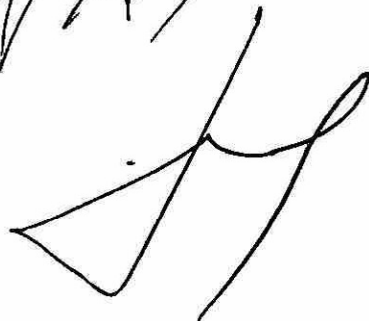

DEPUTADO ANDRÉ BUENO
Presidente


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES.
Relator













PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION

COMISSÃO DE DEFESA DE DIREITO DO CONSUMIDOR

Parecer ao Projeto de Lei nº502/2012

Autor: Deputado PARANHOS

Relator: Deputado PEDRO LUPION

EMENTA: COMISSÃO DE DEFESA DO DIREITO DO CONSUMIDOR - TORNA OBRIGATÓRIA A AFIXAÇÃO DE CARTAZES NAS ESCOLAS, HOSPITAIS E POSTOS DE SAÚDE DAS REDES PÚBLICA E PRIVADA, ASSIM COMO EM TERMINAIS DE TRANSPORTE COLETIVO, CONTENDO, ALÉM DO CALENDÁRIO, INFORMAÇÕES SOBRE VACINAÇÕES INFANTIS OBRIGATÓRIAS APROVAÇÃO DO MÉRITO.

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei (PL) em análise, de autoria do Deputado PARANHOS objetiva tornar obrigatória a afiação de cartazes em escolas, hospitais e postos de saúde tanto em redes públicas como nas privadas, os quais devem constar informações acerca das vacinas infantis obrigatórias.

O autor da proposição, em sua justificativa, argumenta que é de conhecimento público que a vacinação é o método mais eficaz e econômico para prevenir doenças infecciosas em crianças.

**PODER LEGISLATIVO**

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION

Ainda, se refere as benesses da vacinação e seus efeitos e consequências na população.

Aduz que o fato de não vacinar uma criança, ainda mais por falta de informações, é uma grande irresponsabilidade e não é aceitável moral e nem socialmente nos dias de hoje.

Por fim, menciona que o principal objetivo do projeto é levar aos pais as informações necessárias, criando mecanismos que permitam a vacinação das crianças em nosso Estado.

Uma vez apresentado o Projeto de Lei, obedecendo a previsão regimental o mesmo foi encaminhado a Comissão de Constituição e Justiça para sua análise, recebendo parecer favorável.

Na sequência foi encaminhado a Comissão de Saúde, cabendo ao nobre Deputado Toninho Wandscheer a relatoria, recebendo parecer favorável naquela comissão.

Sendo então encaminhado a Comissão de Defesa do Direito do Consumidor, cabendo a este Parlamentar a relatoria.

É o breve relato.

II - VOTO DO RELATOR

Em um primeiro momento se consigne que todos os aspectos formais da presente proposição foram devidamente avaliados pela Comissão de Constituição e Justiça, sendo



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



devidamente realizado o controle de constitucionalidade preventivo¹.

Logo, não há qualquer menção a ser realizada acerca da constitucionalidade da proposição, até mesmo por não ser de competência desta Comissão temática, restando vencida a discussão acerca do tema em sede de comissões, passando-se assim a realizar uma análise acerca da materialidade do Projeto de Lei.

Insta mencionar a competência regimental desta Comissão temática para exarar o presente parecer, sendo devidamente prevista no artigo 33-P, *in verbis*:

'Art.33-P Compete à Comissão de Defesa do Consumidor manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada à defesa do consumidor, bem como receber, avaliar e investigar denúncias relativas à violação dos direitos do consumidor.'

Conforme já mencionado no relatório do presente parecer, a proposição em análise objetiva obrigar a afixação de cartazes em determinados estabelecimentos públicos e

¹ Acerca do controle constitucional preventivo realizado pelo Poder Legislativo, destaca-se o posicionamento de Pedro LANZA, o qual menciona que: *'O Legislativo verificará, através de suas comissões de constituição e justiça, se o projeto de lei, que poderá virar lei, contém algum vício a ensejar a sua constitucionalidade'*. (LANZA, Pedro. DIREITO CONSTITUCIONAL, 16^a.Ed. rev. atual. e ampl. São Paulo:Saraiva, 2012, p. 256)



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



privados, contendo informações e calendário sobre vacinações infantis obrigatórias.

Consigne-se que analisando atentamente a matéria proposta não encontro qualquer relação com os assuntos, regimentalmente definidos, a serem tratados por esta Comissão.

Não se encontra qualquer relação de campanhas de vacinação, estas promovidas via de regra, pelo Poder Público com as relações consumeiristas.

Porém, uma vez encaminhada a proposta com a finalidade de exarar o competente parecer por esta Comissão entendo ser necessário tecer alguns comentários acerca da preposição.

Inegável que são internacionalmente reconhecidos os êxitos já alcançados pelo Brasil, por exemplo, com as campanhas de vacinação contra a poliomielite, contra o sarampo e contra a gripe (em idosos).

Certamente a divulgação de campanhas de vacinação representa componente indispensável para o êxito da mesma.

Sob análise desta comissão não se encontra qualquer obste na regular tramitação do projeto de Lei, considerando que o projeto é louvável, promovendo a informações e conscientizando a população da importância acerca da vacinação infantil.

Exclusivamente do ponto de vista desta Comissão, podemos considerar que a proposta é meritória por estar



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



presente o interesse público e também de relevante interesse social.

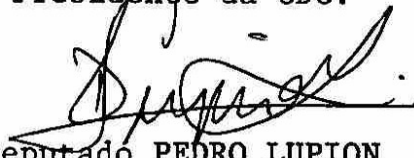
Desta forma, entendo pela aprovação do PL em apreço e a regular tramitação do PL nesta Casa Legislativa.


III - CONCLUSÃO

Por todo o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 502/2012 de 2012 em sede desta Comissão.

Sala das Comissões, ~~14~~ de ~~maio~~ de 2013.


Deputado ADELINO RIBEIRO
Presidente da CDC.


Deputado PEDRO LUPION
Relator.

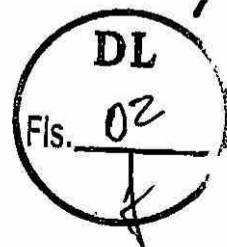

DEP. ROSE LITRO


DEP. FÊRICLES DE AELLO




Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



PROJETO DE LEI Nº 512 /2012

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 17 OUT. 2012

1º Secretário

ESTABELECE A PROIBIÇÃO DA EMISSÃO DE BOLETO DE OFERTA, SEM SOLICITAÇÃO PRÉVIA, PARA CONTRATAÇÃO DE PRODUTOS E SERVIÇOS, NO ÂMBITO DO ESTADO DO PARANÁ.

Art. 1º - Fica vedado ao fornecedor emitir, sem solicitação prévia, boleto de oferta para a contratação de produtos ou serviços.

Parágrafo único - Entende-se como boleto de oferta todo instrumento padronizado por meio do qual o fornecedor apresenta uma oferta de produtos ou serviços, ao mesmo tempo em que o próprio instrumento representa a forma de pagamento da referida proposta.

Art. 2º - A infração às disposições da presente Lei acarretará ao responsável infrator as sanções previstas no


PEDRO LUPION
Deputado Estadual

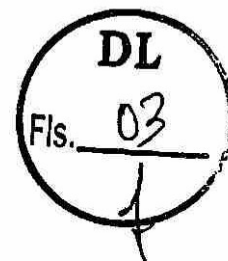
Praça Nossa Senhora da Salette s/n, Gabinete 806, Centro Cívico, Curitiba, Paraná | Fone (fax): 41 3350 4006 | www.pedrolupion.com.br | dep.pedrolupion@gmail.com.

15:03 17/10/2012 006331 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION

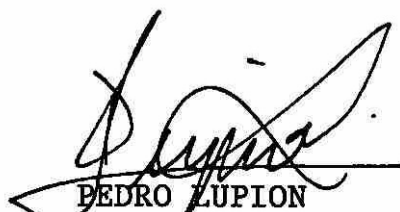


-2-

artigo 56 da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, aplicáveis na forma de seus artigos 57 a 60.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 17 de outubro de 2012.

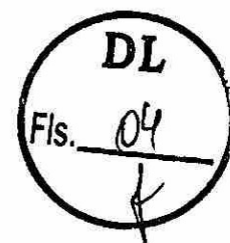

PEDRO LUPION
Deputado Estadual

PROJETO DE LEI - MANTIDO EM ARQUIVO DIGITAL



Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



-3-

JUSTIFICATIVA

De acordo com o art. 24, incisos V e VIII¹, da Constituição Federal, compete aos Estados, concorrentemente com a União, legislar sobre assuntos referentes à produção e ao consumo, bem como responsabilidade por danos causados ao consumidor. Desta forma, baseando-se nestas premissas, cabe também ao Estado legislar sobre a presente matéria.

A eventual permissão do ato de enviar, aos consumidores, boletos para contratação de produtos ou serviços sem solicitação prévia, em especial produtos financeiros legitima prática considerada abusiva pelos órgãos de defesa do consumidor de todo o País.

Segundo a manifestação do PROCON-PR, a experiência do órgão tem demonstrado que vários consumidores, ao receberem os boletos com oferta de produtos, principalmente os bancários, acabam por pagar essas faturas sem perceber que se tratam apenas de ofertas de produtos.

Consequentemente, o consumidor que aderiu ao produto, claramente por engano, solicita o cancelamento e estorno

¹ Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

[...]

V - produção e consumo;

[...]

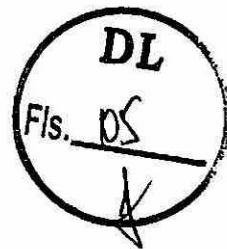
VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

PROJETO DE LEI - MANTIDO EM ARQUIVO DIGITAL



Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



-4-

dos valores, e, com muita frequência se vê obrigado a recorrer aos Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor para conseguir a restituição dos valores.

Por isso, não é admissível que um fornecedor, com a pretensão de ofertar produtos, envie aos consumidores um boleto de pagamento, sem solicitação, ainda que este contenha informações sobre a facultatividade do pagamento, uma vez que nem todos os consumidores conseguem identificar as informações, que nem sempre obedecem aos preceitos do artigo 6º, III², do Código de Proteção e Defesa do Consumidor - CDC, que estabelece que as mesmas devam ser claras, ostensivas e corretas, permitindo ao consumidor um entendimento exato da informação.

O Código de Proteção e Defesa do Consumidor CDC, em seu artigo 4º, I e III³, determina que as relações de consumo

² Art. 6º São direitos básicos do consumidor:
[...]

III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem; [...]

³ Art. 4º - A Política Nacional de Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito a sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria de sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, atendidos os seguintes princípios:

[...]

I - reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo;

[...]

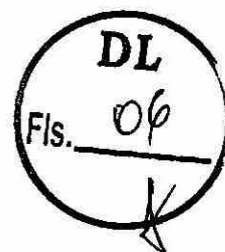
III - harmonização dos interesses dos participantes das relações de consumo e compatibilização da proteção do consumidor com a necessidade de desenvolvimento econômico e tecnológico, de modo a viabilizar os princípios nos quais se funda a ordem econômica (art. 170, da

PROJETO DE LEI - NANTIDO EM ARQUIVO DIGITAL



Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



-5-

deverão pautar-se pelo princípio da transparência e pelo reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor, além da boa-fé objetiva e do equilíbrio nas relações de consumo.

Mas, podemos observar que, infelizmente, os princípios gerais e as regras presentes no CDC não vêm sendo respeitados por uma série de fornecedores.

Diversos estados apresentaram proposições sobre esta matéria, no intuito de proteger os direitos dos seus cidadãos.

Apesar do Código de Defesa do Consumidor já ser uma importante ferramenta em favor da parte mais vulnerável, suas regras, para aplicação desse caso específico, são gerais, amplas, o que acaba abrindo margem para eventuais descumprimentos, gerando dúvida em grande parte da população.

Por fim, cumpre-me mencionar os aspectos formais para a preposição do presente projeto de Lei.

Em relação a competência, já fora devidamente mencionada a previsão na Constituição Federal, ainda, se ressalta não ser matéria reservada ao Poder Executivo, não ferindo o princípio da separação dos poderes (artigo 7º da Constituição Estadual).

Em relação a possibilidade deste Parlamentar apresentar a preposição está devidamente prevista na

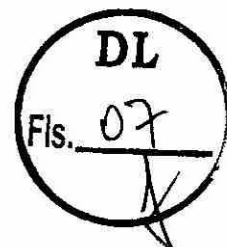
Constituição Federal), sempre com base na boa-fé e equilíbrio nas relações entre consumidores e fornecedores;

PROJETO DE LEI - MANTIDO EM ARQUIVO DIGITAL



Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



-6-

Constituição Estadual em seu artigo 65⁴ e regimentalmente previsto no artigo 124⁵.

Em relação a técnica legislativa, a presente proposição esta nos exatos termos das regras contidas na Lei Complementar n. 95/98.

Ainda, não há a o presente PL não acarreta qualquer aumento de gastos ao ente governamental, se dispensando as formalidades contidas na Lei Complementar Federal n. 101/00.

Pelo exposto, torna-se imprescindível e fundamental a edição de uma Lei estadual direta e específica sobre o tema e para tanto requeiro o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente.

⁴ Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

⁵ Art. 124 A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
GABINETE DEPUTADO TÁDEU VENERI



VOTO EM SEPARADO AO PROJETO DE LEI Nº 512/2012

Projeto de Lei n. 512/12

Autor: Deputado Pedro Lupion.

Súmula: Estabelece proibição da emissão de boleto de oferta, sem solicitação prévia, para contratação de produtos e serviços.

EMENTA: PROIBIÇÃO DE EMISSÃO DE BOLETO DE OFERTA PARA CONTRATAÇÃO DE PRODUTO OU SERVIÇO SEM SOLICITAÇÃO PRÉVIA. VOTO EM SEPARADO. APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Pedro Lupion tem por objetivo proibir o fornecedor de emitir, sem solicitação prévia, boleto de oferta para contratação de produtos e serviços.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
GABINETE DEPUTADO TADEU VENERI



Em sessão realizada no dia 04 de dezembro de 2012 o Projeto de Lei em apreço recebeu parecer pela não aprovação, por em tese já haver legislação que regule o objeto da matéria versada na pretensa legislação.

Na oportunidade o Parlamentar que ora subscreve requereu vistas do projeto.

FUNDAMENTAÇÃO

Em um primeiro momento cumpre-me ressaltar a possibilidade de se apresentar voto em separado na fase de tramitação que se encontra a presente proposição, considerando o teor do artigo 51, §6º do Regimento Interno o qual menciona:

‘O membro da comissão a que for distribuída qualquer matéria terá o prazo de dez dias para apresentação de seu parecer escrito [...] §6º A qualquer dos membros da comissão que não se sentir suficientemente esclarecido sobre a matéria ou discordando do parecer do Relator, será concedida vista da proposição, pelo prazo improrrogável de três dias e, sobre ela poderá emitir Voto em Separado, por escrito, se assim o desejar.’

Ainda, convém mencionar o artigo 33A do Regimento Interno, considerando que o mesmo estabelece que por intermédio desta Comissão seja analisada a constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural dos Projetos de Lei apresentados perante esta Casa Legislativa, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Conforme consta no voto do nobre Relator se evidencia que este entendeu que a matéria já estava regulamentada no artigo 39, inciso III do Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8078/90), o qual dispõe:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
GABINETE DEPUTADO TADEU VENERI



Art. 39 É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas: [...]

III – enviar ou entregar ao consumidor, sem solicitação prévia, qualquer produto, ou fornecedor qualquer serviço;

O Relator, em seu voto, afirma que: “*Verifica-se que o teor da mencionada Lei é muito claro, considerada abusiva a prática do fornecedor que **enviar ou entregar qualquer produto ou serviço sem solicitação prévia***”.

(grifo meu)

Neste ponto não há que se discordar da interpretação que o Relator dá ao mencionado dispositivo, porém analisando o Projeto de Lei em apreço se verifica que o objeto é diverso.

Na proposição, o Parlamentar proponente, objetiva coibir a **emissão de boletos bancários** sem que haja solicitação anterior pelo consumidor, diferente do que o Código do Consumidor coíbe que o fornecedor e/ou prestador de serviço **envie ou entregue o produto ou o serviço** sem prévia solicitação.

Neste sentido resta claro também qual foi a real motivação do Parlamentar ao legislar, qual seja prevenir que o cidadão desavisado, ou até mesmo sem instrução suficiente, acabe por efetuar o pagamento de boletos bancários sem que haja solicitado o serviço, pelo simples fato de receber o mencionado boleto nominal ao consumidor e entender ser devedor do mesmo.

Inclusive, insta mencionar que tal prática é corriqueira a nível nacional sendo que por muitas vezes recebemos boletos bancários, a exemplo de editoras de revistas e afins, que encaminham boletos bancários a exmo sem sequer tenha sido formalizado qualquer pedido de assinatura de determinado veículo de comunicação.

Desta forma é incontroverso que o objeto dos mencionados dispositivos são totalmente diverso, enquanto uma proíbe a entrega do produto, ou a prestação do serviço, sem que seja anteriormente requerida pelo consumidor, a outra proíbe que haja **cobrança** (por intermédio de emissão de boletos



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
GABINETE DEPUTADO TADEU VENERI



bancários) de produtos ou prestação de serviço sem que tenha havido uma solicitação prévia.

Assim, cai por terra o argumento que não há inovação legislativa, apenas repetindo legislação já existente e desta forma não estaria de acordo com o artigo 7º, inciso IV da Lei Complementar n. 95/98.

Desta forma, por apresentar objeto diverso a legislação já existente entendo que a preposição coaduna ao cortido na Lei Complementar n. 95/98, no mesmo sentido que apresenta os demais requisitos constitucionais para a sua aprovação (artigo 65 da CE e art. 124 do RI da ALEP).

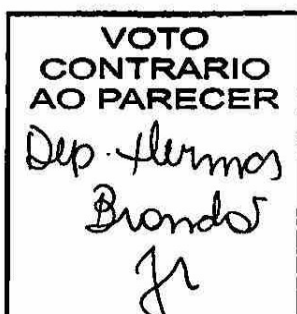
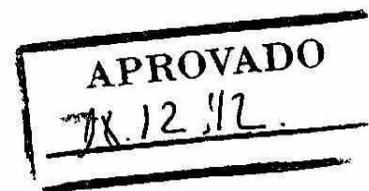
CONCLUSÃO

Diante do exposto, apresento VOTO EM SEPARADO opinando pela APROVAÇÃO do presente projeto de Lei, por entender que o mesmo é constitucional.

Sala das Comissões, 18 de dezembro de 2012.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE DA CCJ.

DEPUTADO TADEU VENERI
MEMBRO DA CCJ.



11



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Péricles de Mello



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº. 512/2012

PROJETO DE LEI Nº512/2012

AUTOR: DEPUTADO PEDRO LUPION

RELATOR: PÉRICLES DE MELLO

Súmula: proíbe emissão de boleto de oferta, sem solicitação prévia, para contratação de produtos e serviços no âmbito do Estado do Paraná.

Parecer favorável: Comissão de Constituição e Justiça

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Excelentíssimo Deputado Pedro Lupion, proíbe a emissão de boleto de oferta, sem solicitação prévia, para contratação de produtos e serviços no âmbito do Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Defesa do Consumidor, em consonância ao disposto no artigo 33, P, do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO

Praça Nossa Senhora de Salette, s / nº - Edifício Pres. Tancredo Neves
Gabinete 805 - 8º Andar – Curitiba/PR Tel.: (41) 3350-4250/3350-4081
E-mail: pericles@periclesdemello.com.br - www.periclesdemello.com.br



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Péricles de Mello



PARANÁ, manifestar-se sobre toda e qualquer proposição que tenha relação com à defesa do consumidor:

Art. 33-P Compete à Comissão de Defesa do Consumidor manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada à defesa do consumidor, bem como receber, avaliar e investigar denúncias relativas à violação dos direitos do consumidor.

Diante do tema exposto, esta Comissão é competente para apreciar e emitir o devido parecer.

Desta feita, a justificativa apresentada pelo parlamentar proponente é suficiente para balizar a sua apresentação, uma vez que, trata da proteção dos interesses do consumidor.

Por outro lado, o objetivo a ser atingido com o Projeto de Lei está em consonância com os ditames do Direito do Consumidor, que visa proibir que o consumidor seja induzido a contratação de serviço ou produto não solicitado.

Cumprе ressaltar que o mecanismo apresentado pelo Projeto é adequado ao propósito da Lei, já que esta proibindo que o consumidor até mesmo receba o boleto de oferta por parte do fornecedor, evitando a confusão e o erro por parte dele.

Contundo, entende-se necessária a apresentação de emenda a este Projeto de Lei, a fim de dirimir a dúvida surgida junto à Comissão de Constituição e Justiça, tendo em vista a circular n. 3.598 de 06 de junho de 2012 do Bando Central, que regulamenta a emissão de boletos de oferta, conforme Emenda modificativa em anexo.

CONCLUSÃO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

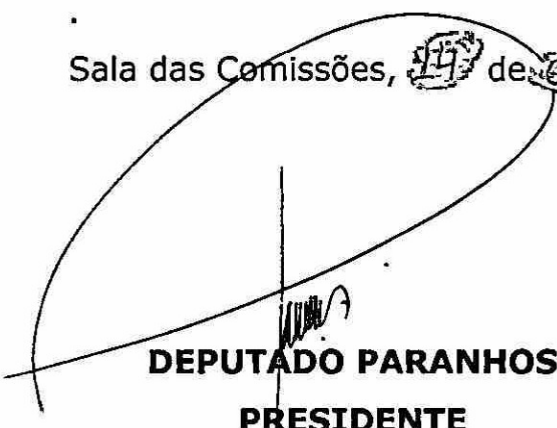
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Péricles de Mello

Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO na
forma da EMENDA MODIFICATIVA do presente Projeto de Lei.



Sala das Comissões, ~~14~~ de ~~Set~~ de 2013.


DEPUTADO PARANHOS
PRESIDENTE


DEPUTADO PÉRICLES DE MELLO
RELATOR


DEP. ANÍBEL NETO


DEP. ANÍBEL NETO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Péricles de Mello



EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 512/2012

O artigo 1º do Projeto de Lei nº 512/2012 passa a contar com a seguinte redação:

"Art. 1º. Fica vedado ao fornecedor emitir, sem solicitação prévia, boleto de oferta para a contratação de produtos ou serviços previstos na Circular nº 3.598 do Banco Central do Brasil de 06 de junho de 2012.

Parágrafo Único: Entende-se como boleto de oferta todo instrumento padronizado por meio do qual o fornecedor apresenta uma oferta de produto ou serviço, ao mesmo tempo em que o próprio instrumento representa a forma de pagamento da referida proposta."

Sala de Comissões, em ~~14~~ **05** de 2013.


DEPUTADO PARANHOS
PRESIDENTE


PÉRICLES DE MELLO
RELATOR


DEP. ADELINO RISSOTTO


DEP. ANÍBAL NETO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 512/12

Projeto de Lei nº 512/12

Emenda Modificativa apresentada pela Comissão de Defesa do Consumidor

Súmula: Altera a redação do art. 1º do Projeto de Lei nº. 512/2012.

EMENTA: EMENDA MODIFICATIVA. POSSIBILIDADE. ART. 137, 138 E 141 DO REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO DA EMENDA MODIFICATIVA.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Deputado Pedro Lupion, tem por objetivo estabelecer a proibição da emissão de boleto de oferta, sem solicitação prévia, para contratação de produtos e serviços.

Ocorre que, em data de 18 de março de 2013, a Comissão de Defesa do Consumido, exarou parecer favorável, na forma da emenda modificativa em anexo. Por esta razão, é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §4º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa aquela proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

(...)

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência. (grifo nosso).

Desta forma, verifica-se que as emendas ora em tela estão perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

CONCLUSÃO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Diante do exposto, por estarem presentes todos os requisitos legais, opina-se pela **APROVAÇÃO** da **Emenda Modificativa** apresentada pela Comissão de Defesa do Consumidor.

Sala das Comissões, 13 de agosto de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

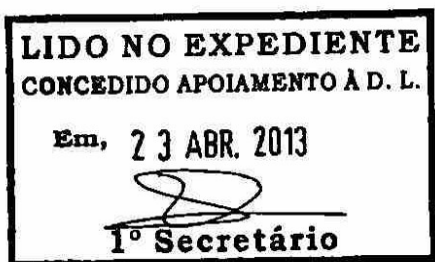

DEPUTADO ALEXANDRE CURI
RELATOR

APROVADO

13/08/13



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI Nº 152/2013

Institui no Estado do Paraná o dia 09 de cada mês, como o "DIA DE AÇÃO CONTRA A DENGUE".

Art. 1º - Institui no Estado do Paraná, o dia 09 de cada mês, como o "Dia de Ação Contra A Dengue".

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 23 de abril de 2013.


GILBERTO MARTIN
Deputado Estadual



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



JUSTIFICATIVA:

Segundo dados da Secretaria de Estado da Saúde foram registrados no Estado do Paraná 23.166 casos de dengue, desde agosto do ano passado. Somente em 2013 foram confirmados 19.548 casos, sendo que a grande maioria foi registrada nos meses de janeiro e fevereiro. Já no mês de março, o Estado apresenta uma queda gradativa de pelo menos 54% no número de casos confirmados da doença.

A queda se confirma também nos casos notificados como suspeitos, que tiveram uma redução de 61% nas últimas semanas, graças ao trabalho conjunto entre Governo do Estado, Municípios e População. Contudo, a dengue é uma doença endêmica no Paraná e precisa de combate diário e constante para que os índices sejam efetivamente reduzidos.

Uma ação mensal onde se estabeleçam ações e atividades de combate a dengue, certamente, quebraria o ciclo de reprodução do mosquito, dificultando a proliferação do mosquito transmissor da doença.

Estas ações poderiam ser feitas, por intermédio de mobilização nas Escolas, Instituições Religiosas, Associações, Clubes de Serviços, envolvendo a opinião pública por meio de materiais gráficos, palestras e outras atividades. Desta forma fazendo com que possam identificar e exterminar focos de criadouros do mosquito transmissor da dengue.

Diante do exposto, peço o apoio dos nobres Parlamentares desta Casa para a sua aprovação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 152/2013

Projeto de Lei nº. 152/2013

Autor: Deputado Gilberto Martin

Súmula: Institui no Estado do Paraná o dia 09 de cada mês como o "dia de ação contra a dengue".

EMENTA: INSTITUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO O DIA DA AÇÃO CONTRA A DENGUE. POSSIBILIDADE. ART 215 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTIGO 165 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Gilberto Martin, tem por finalidade instituir no Calendário Oficial de Eventos do Estado o dia de ação contra a dengue, todo dia 09 de cada mês.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado; ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembleia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)
Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

A **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** dispõe em seu artigo 215, caput, que é de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Além disso, conforme abaixo se denota o objeto da ora proposição se amolda ao artigo 165 do mesmo diploma legal:


Art. 165. O Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto.

Sala das Comissões, 16 de julho de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ALEXANDRE CURI
RELATOR

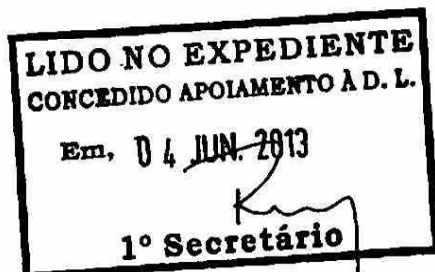


Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



STEPHANES JUNIOR
Deputado Estadual



PROJETO DE LEI Nº 225/13

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública a Associação dos Meliponicultores de Mandirituba/PR

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública Estadual a **AMAMEL - Associação dos Meliponicultores de Mandirituba-PR**, com sede e foro no Município de Mandirituba no Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em 04 de junho de 2013


REINHOLD STEPHANES JUNIOR
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

AMAMEL - Associação dos Meliponicultores de Mandirituba, constitui-se em organização da sociedade civil de interesse público, pessoa jurídica de direito privado, de natureza associativa e sem fins econômicos, tem os seguintes objetivos institucionais:

- **AMAMEL – Associação dos Meliponicultores de Mandirituba** tem como objetivo social promover o desenvolvimento de meliponicultura, orientando, auxiliando e amparando os meliponicultores associados, assim como por todos os meios estimular a criação de abelhas nativas sem ferrão, objetivando sua preservação, a produção de seus produtos e o aumento da produção agrícola através da polinização.
- Fomentar o estudo e a experimentação visando o desenvolvimento de técnicas de manejo adequadas a cada espécie de abelhas.
- Estimular a criação de associações de meliponicultores, como uma forma de organização dos produtores.
- Estimular a preservação do meio ambiente e defesa dos recursos naturais, através do estímulo do cultivo de plantas melíferas e colaboração com entidades públicas e particulares.
- Manter intercâmbio técnico e científico com entidades, institutos e universidades, estimulando o desenvolvimento da meliponicultura.
- Colaborar com as Universidades, centros de pesquisa e extensão em prol da meliponicultura.

Isto posto, solicito aos nobres Pares deste Legislativo o relevante apoio à Matéria aqui elencada.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 225/2013

Projeto de Lei nº. 225/2013
Autor: Deputado Stephanes Junior

Súmula: Declara de Utilidade Pública a
ASSOCIAÇÃO DOS MELIPONICULTORES DE
MANDIRITUBA/PR.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA
- LEI Nº 16.888/2011 - REQUISITOS
PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL NA
FORMA DA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL EM
ANEXO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Stephanes Junior, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **ASSOCIAÇÃO DOS MELIPONICULTORES DE MANDIRITUBA**, com sede no Município de Mandirituba e Foro Regional de Fazenda Rio Grande da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, tendo como finalidade a pesquisa e o meio ambiente, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

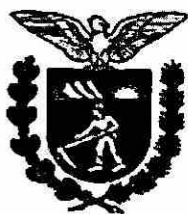
I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente.

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

No entanto, a fim de retificar o foro da Associação que se pretende declarar de Utilidade Pública Estadual, sugere-se a **Emenda Substitutiva** em anexo, com fulcro no artigo 137, §2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise, na forma da **EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL** em anexo.

Sala das Comissões, em 25 de Junho de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

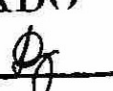

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

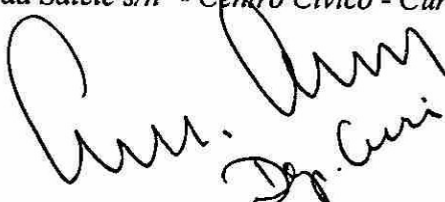

Dep. Scanavacca


Dep. Hermes



Dep. Turini



APROVADO

25/06/13 


Dep. Curi


Dep. Edison


Dep. Welk

8

Dep. Nereu

Dep. Reichle


Dep. Leupion



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI N.º 225/2013

De acordo com o que determina o Artigo 137, §2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o Projeto de Lei nº 225/2013, passa a contar com a seguinte redação:

“Súmula - Declara de Utilidade Pública a Associação dos Meliponicultores de Mandirituba - AMAMEL, com sede no Município de Mandirituba e foro no Foro Regional de Fazenda Rio Grande da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Estado do Paraná.”

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Meliponicultores de Mandirituba - AMAMEL, com sede no Município de Mandirituba e foro no Foro Regional de Fazenda Rio Grande da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 25 de Junho de 2013.

DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA

RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

25/06/13